



GT 07 – Direito à Cidade, Cultura e Memória: Reparação e Reconhecimento na Política Urbana Contemporânea - a Cidade como um Bem Comum

COLETIVO MULHERES DE PEDRA: TRAJETÓRIAS FEMININAS PELO BEM VIVER E DIREITO À CIDADE DE MULHERES NEGRAS NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

Moanan Costa do Couto

1. INTRODUÇÃO

Este resumo expandido apresenta a proposta de pesquisa sobre o Coletivo Mulheres de Pedra, grupo de mulheres negras atuante há mais de 15 anos em Pedra de Guaratiba, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A investigação se insere na linha de pesquisa sobre lutas feministas, com foco no direito à cidade, nas práticas de resistência e na produção de territórios de bem viver por mulheres negras em regiões historicamente negligenciadas pelas políticas públicas.

A pesquisa tem como objetivo registrar e analisar a atuação do coletivo a partir de metodologias qualitativas e participativas, valorizando as narrativas de vida das mulheres negras e o impacto no território. Inserida na Área de Planejamento 5 (AP5), região periférica com graves déficits de infraestrutura e altos índices de violência urbana e especulação imobiliária, Pedra de Guaratiba representa um território simbólico de resistência. O bairro passou por diversas mudanças, incluindo a poluição contínua da praia, que impactou drasticamente a vida e economia local. Hoje, lutando contra a maré do racismo ambiental e apagamento histórico de riqueza cultural, coletivos como Mulheres de Pedra e outros movimentos, se organizam para driblar as desigualdades e reafirmar todos os dias as riquezas locais.

Ao estudar este coletivo, pretende-se contribuir para a valorização dos saberes territorializados, questionando os apagamentos históricos que marcam as trajetórias de mulheres negras nas periferias urbanas.



2. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A metodologia da pesquisa será composta por três etapas principais: (1) entrevistas com Leila Souza de Netto, matriarca do coletivo, associadas a caminhadas pelo bairro para observação do território; (2) roda de conversa com até cinco mulheres do coletivo, para compreender o impacto do grupo em suas trajetórias pessoais e no acesso a direitos; (3) entrevistas com jovens do território para entender os desdobramentos geracionais da atuação do Mulheres de Pedra.

Segundo o IBGE (2022), cerca de 47% da população do Rio de Janeiro vive na Zona Oeste, região que concentra o menor investimento per capita em políticas públicas. Tal contexto reforça a importância de movimentos como o Mulheres de Pedra na luta por equidade. A pesquisa também considera o conceito de justiça espacial (SOJA, 2010), que afirma a centralidade do território como espaço de disputa e transformação social. A casa centenária que abriga o coletivo funciona como espaço de memória, formação política e produção cultural, tornando-se referência para diversos outros grupos locais.

A pesquisa empírica proposta se ancora na escuta e no registro das memórias e experiências vividas por mulheres negras da Zona Oeste do Rio de Janeiro, valorizando o relato oral como instrumento de produção de conhecimento. A inserção da pesquisadora no território — como moradora e colaboradora de instituições locais — reforça a legitimidade da abordagem etnográfica adotada, permitindo uma aproximação sensível, respeitosa e comprometida com as narrativas construídas no cotidiano. A sistematização dos saberes compartilhados será orientada por referenciais críticos como o feminismo negro (COLLINS, 2019), as epistemologias do Sul (SANTOS, 2006) e a concepção de território enquanto espaço vivido e produtor de cidadania (SANTOS, Milton, 2014). Dessa forma, articula-se teoria e prática com base em uma perspectiva que reconhece o valor político e pedagógico da memória coletiva na luta pelo direito à cidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao documentar as práticas do Coletivo Mulheres de Pedra, esta pesquisa visa fortalecer a memória social das mulheres negras periféricas, destacando suas estratégias de resistência e de construção coletiva do bem viver. A produção de conhecimento situado permite ampliar a compreensão sobre as formas populares de reivindicação de direitos



urbanos, contribuindo para a formulação de políticas mais sensíveis às desigualdades territoriais e raciais.

A pesquisa pretende gerar produtos que possam retornar ao território em formato acessível, como publicações, rodas de conversa e atividades formativas. Assim, reafirma-se o compromisso ético com as comunidades envolvidas e a relevância da pesquisa como instrumento de transformação social.

4. REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. ***Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento***. São Paulo: Boitempo, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). ***Censo 2022: Panorama do Rio de Janeiro***. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***A gramática do tempo: para uma nova cultura política***. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. ***O espaço do cidadão***. 7ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SOJA, Edward W. ***Seeking Spatial Justice***. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.